

REPÚBLICA DOS ARAPONGAS

Operação gera acusações entre Valdemar e Pacheco

Cacique do PL tenta desqualificar investigação a correligionário e chama de 'frouxo' o presidente do Senado, que rebate. Oposição também se irrita com silêncio de Lira e desenha contra-ataque a STF e aos chefes do Congresso

GABRIEL BARBOSA, LUISA MARZULLO E CAMILA TURTELLO
publico@oglobo.com.br
@oglobo

A operação da Polícia Federal que mirou o deputado federal e pré-candidato à Prefeitura do Rio Alexandre Ramagem (PL) irritou líderes da oposição e deu origem a investidas contra os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), sobretudo, e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O presidente do partido de Ramagem, Valdemar Costa Neto, chamou Pacheco de "frouxo" e "omisso", e o senador rebateu, acusando o cacique de não ter força política e "passar pano" quando trata de assuntos relacionados ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Valdemar criticou publicamente Pacheco por, na condição de presidente do Congresso, não ter reagido à ação da PF, que cumpriu mandados de busca dentro do gabinete do deputado do PL. Também cobrou que o senador haja pelo impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes, responsável pela decisão que autorizou a operação. Valdemar classificou a investigação a PF como "perseguição".

— É mais uma perseguição do ministro Alexandre de Moraes contra bolsonaristas e a direita do país. Mas, isto só ocorre pelo fato de termos um presidente do Congresso frouxo. O Rodrigo Pacheco deveria agitar pelo impeachment dele. A



Reação. Pacheco disse que Valdemar faz política para "obter ganhos com o fundo eleitoral"



Blindagem. Valdemar cobrou ação de Pacheco em reação à operação da Polícia Federal

função do Ramagem, à frente da Abin sempre foi investigar —disse Valdemar.

Pacheco, que deu andamento a projetos no Senado que limitam os poderes demitidos do Supremo, respondeu Valdemar e o acusou de fazer política para "obter ganhos com o fundo eleitoral".

"Difícil manter algum tipo de diálogo com quem faz da política um exercício único para ampliar e obter ganhos com o fundo eleitoral e não é capaz de organizar minimamente a oposição para aprovar sequer a limitação de decisões monocráticas do STF. E ainda defende publicamente o impeachment de ministro do Su-

premo para iludir seus adeptos, mas, nos bastidores, passa pano quando trata do tema", escreveu o senador. Assim como Pacheco, Arthur Lira não se pronunciou sobre a operação da Polícia Federal, que apura as suspeitas de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), sob o comando de Alexandre Ramagem, monitorou clandestinamente autoridades, como o próprio Alexandre de Moraes e, outro ministro do STF, Gilmar Mendes. A colunista do GLOBO Bela Megale revelou que diferentes deputados da oposição pressionaram o presidente da Casa a se manifestar a respeito do

Valdemar Costa Neto, sobre Rodrigo Pacheco

"Difícil o diálogo com quem faz política para ampliar e obter ganhos com o fundo eleitoral"

Pacheco, ao rebater Valdemar

premo para iludir seus adeptos, mas, nos bastidores, passa pano quando trata do tema", escreveu o senador. Assim como Pacheco, Arthur Lira não se pronunciou sobre a operação da Polícia Federal, que apura as suspeitas de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), sob o comando de Alexandre Ramagem, monitorou clandestinamente autoridades, como o próprio Alexandre de Moraes e, outro ministro do STF, Gilmar Mendes. A colunista do GLOBO Bela Megale revelou que diferentes deputados da oposição pressionaram o presidente da Casa a se manifestar a respeito do

assunto e que o silêncio de Lira irritou aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, correligionário de Ramagem.

PLANO EM GESTAÇÃO
Lira já havia se mantido alheio à ação da PF que mirou outro deputado bolsonarista na semana passada, o pré-candidato à prefeitura de Niterói Carlos Jordy (PL-RJ). Ainda de acordo com Bela Megale, deputados e senadores oposicionistas vão apresentar a Arthur Lira e Rodrigo Pacheco uma lista com propostas de reação às operações policiais feitas com autorização do Supremo. Parlamentares relataram à coluna que, durante uma reu-

não na quarta-feira, após a ação contra Jordy, foram discutidos dois cenários, um com a colaboração de Lira e Pacheco para enfrentar o STF. Caso os presidentes da Câmara e Senado não façam gestos ao grupo, a ideia é fazer todos tipos de obstrução possível ao andamento das Casas. Dois nomes do foram escalados para conversar com Lira e Pacheco, o senador Rogério Marinho (PL-RN) e o deputado federal Sístenes Cavalcante (PL-RJ). — O Alexandre (de Moraes) não respeita o Legislativo como Poder. Isso é culpa do Congresso. O presidente Rodrigo Pacheco é quem tem que liderar essas ações. O Lira tem que entrar nisso também.

Dino: ninguém pode dizer quem terá privacidade invadida

Ministro lembrou que acesso a conversas necessita de procedimento legal

MARIANA MUNIZ
mariana.muniz@oglobo.com.br
@mariana_muniz

Prestes a tomar posse no Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro da Justiça, Flávio Dino, afirmou ontem que ninguém tem respaldo para escolher quem vai ser investigado e "ter sua privacidade invadida". Ele assumirá uma cadeira na Corte no próximo dia 22 de fevereiro e deu a declaração ao ser questionado sobre a operação da Polícia Federal que apura a existência de um esquema de monitoramento ilegal na Agência

Brasileira de Inteligência (Abin) durante a gestão do ex-diretor Alexandre Ramagem (PL-RJ), hoje deputado federal.

— Nós temos que lembrar que vigora no Brasil uma Constituição que tem como um dos direitos fundamentais a privacidade. E há, em razão disso, uma série de instrumentos de preservação desse direito fundamental —disse.

Dino iniciou esta semana o processo de transição do comando da pasta de Justiça e Segurança Pública para o ex-ministro do STF, Ricardo Lewandowski. Na sequência,

passará três semanas exercendo o cargo de senador, para o qual foi eleito pelo Maranhão em 2022, antes de chegar ao STF. Também em fevereiro, ele terá que se desfilhar do PSB.

REPROVAÇÃO

Ao comentar a operação da PF, Dino afirmou ainda que, quando membros de uma instituição se "apropriam" dela para cometer ilegalidades, é necessária uma "reprovação". Ainda de acordo com o ministro da Justiça, para que se tenha o acesso a comunicações telefônicas, é



preciso haver "um procedimento legal". — Ninguém, absolutamente ninguém, de qualquer que seja a instituição, tem apoio normativo, jurídico para escolher arbitrariamente quem vai ser investigado, quem vai ser

perquirido, quem vai ser analisado, vai ter a sua privacidade invadida — afirmou o ministro.

Ramagem, sete policiais federais e três servidores da Abin foram alvos da operação da PF, na manhã de ontem, contra suposto

monitoramento ilegal durante o governo de Jair Bolsonaro (PL). Eleito em 2022 pelo Rio, com 59 mil votos, o deputado federal nega a existência da estrutura de uma "Abin paralela" sob a sua gestão, que foi de junho de 2019 até abril de 2022.

PL avalia desgaste em disputa no Rio após apreensões

Aliados do deputado federal, pré-candidato à prefeitura em outubro sob a benção de Bolsonaro, não veem prejuízo por ora

LUISA MARZULLO
luisa.marzullo@oglobo.com.br

A operação contra o pré-candidato à prefeitura do Rio Alexandre Ramagem (PL) tem potencial de balançar o tabuleiro eleitoral da cidade e servir de munção para seus adversários. Segundo articuladores, a investigação pelo suposto monitoramento ilegal durante sua gestão na Abin vai virar pauta na cam-

punha. Aliados do bolsonarista, contudo, buscam minimizar o episódio e argumentam que não haverá grande prejuízo na corrida ao Executivo.

Os principais adversários de Ramagem na disputa são o prefeito Eduardo Paes (PSD) e o deputado federal Tarciso Motta (PSOL). Publicamente, Paes não comentou a operação, enquanto Motta questionou o motivo que teria levado, segundo a PF, ao monitora-

mento da promotora Simone Sibilloque, entre 2018 e 2021, esteve à frente das investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco.

"Por quê? Para quê? A mando de quem? Como? Com a cumplicidade de quem? Essas perguntas precisam de respostas urgentes", escreveu em seu perfil no X (antigo Twitter) sem citar Ramagem nominalmente. Em outra publicação, disse que quem pratica ativi-

dades criminosas não pode chegar à prefeitura do Rio.

O PL aguarda os desdobramentos das investigações para avaliar desgastes na pré-candidatura de Ramagem. Parte do partido, contudo, acredita que terá pouco impacto nas preferências eleitorais, visto que a acusação contra o parlamentar gira em torno de um programa de espionagem, pouco tangível ao eleitor médio. Articuladores apontam que cri-

mes de corrupção gerariam problemas maiores.

Os mais otimistas apostam que o cenário pode se reverter a favor do deputado. Esta se foi defendida pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, que disse que a vitória nas eleições ocorreria "mais facilmente". Para o presidente estadual do Rio e líder da sigla na Câmara, Altineu Cortes, a operação colocou Ramagem em destaque.

— Achemos que a operação vai impulsionar a campanha dele porque todos estão enxergando essa perseguição. Acreditamos que o impacto eleitoral possivelmente não será negativo. Não existe corrupção, é um cara honesto, íntegro. Por que ele não foi chamado a depor? A dar explicações? É uma violência essa busca e apreensão — afirmou.

Ramagem não é o único pré-candidato do PL no alvo da PF. Na semana passada, Carlos Jordy, futuro postulante à prefeitura de Niterói, foi um dos focos da Lésa-Pátria, operação que investiga os ataques do 8 de janeiro.